

Desencantos de uma promessa de inclusão digital

Um estudo do processo de inscrição ao Concurso Vestibular da UEPG/PR¹

Rômulo Madureira Faria Filho² e Sérgio Luiz Gadini³

Resumo: O presente trabalho analisa as conseqüências da ação da Universidade Estadual de Ponta Grossa de limitar via Internet a inscrição aos processos seletivos semestrais do concurso vestibular, a partir de 2005. Uma das explicações correntes é de que a Universidade considera que todos os possíveis candidatos ao concurso vestibular têm acesso e conhecimento de Internet suficientes para fazer a inscrição. Um problema real diz respeito à escassez de espaços de acesso à Internet e até de lan-houses em algumas pequenas cidades da Região dos Campos Gerais, área de abrangência geográfica da referida Universidade. Dessa forma, a UEPG não poderia ser considerada uma Universidade Pública efetivamente representativa dos Campos Gerais, mas antes ou bem mais uma Universidade para quem é incluído digitalmente. O presente texto usa referências de trabalhos de outros autores sobre o assunto. Thiago Y. L. Sugahara (2006), por exemplo, diz que os agentes desse processo [de inclusão digital] devem pensar de que forma as novas tecnologias interferem na vida cotidiana. A partir de tais referências, este texto observa que tão excludente quanto os indicadores da área pode ser a não oferta de outras formas de inscrição que não apenas a on-line. Afinal, estima-se que 68% da população brasileira nunca acessou a Internet. Importante lembrar também a forma com que a UEPG trata a inscrição já no *Manual do Candidato*, que existe apenas em formato PDF, onde fica clara a orientação de que “a UEPG não disporá o *Manual do Candidato* em versão impressa para fornecimento aos candidatos. Razão pela qual recomenda-se que o candidato proceda sua impressão após a realização do *download*”. Medida essa que, no mínimo, pode ser bastante questionável, tendo em vista as estatísticas de exclusão digital no Brasil.

Palavras-chave: Inclusão digital; Acesso ao ensino superior; Exclusão digital.

Este artigo visa levantar elementos para compreender e analisar as possíveis conseqüências acarretadas pelo fato de a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), a partir de 2005, restringir via Internet a inscrição ao concurso Vestibular. Para essa discussão específica, se faz importante situar na realidade regional os dados nacionais de exclusão digital.

Um estudo veiculado no site Rádio Fala Mulher⁴ (*Inclusão Digital e Social Através das Rádios Comunitárias – A experiência da Rede Cyberela*, de maio de 2004, realizado

¹ Paper apresentado no GT Folkcomunicação Midiática, durante a IX Conferência Brasileira de Folkcomunicação (São Bernardo do Campo/SP, 09 a 11 de outubro de 2006).

² Acadêmico de Comunicação Social/Jornalismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR). E-mail: rmfff@hotmail.com

³ Professor do Curso de Jornalismo e do mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, orientador.

⁴ http://www.radiofalamulher.com/man_cyberela/html/principal.html. Acesso em 30/07/2006.

pelo grupo de mulheres CEMINA⁵) indica que, atualmente, “o acesso e a utilização das TICs [novas Tecnologias da Informação e da Comunicação] por parte de diferentes grupos são ainda desiguais, no que dizem respeito aos meios técnicos (hardware e conexões), à autonomia de utilização, aos conhecimentos e competências, ao apoio social e de assistência técnica e aos motivos que levam à utilização da tecnologia”.

Os números da exclusão digital no Brasil são, de fato, preocupantes. Os indicadores nacionais⁶ de poder de compra de computadores revelam uma disparidade entre as casas enquadradas nas classes de baixa e alta renda: 88,7% dos domicílios da classe A são equipados com computadores. Nos de classe B, 55% e de C, 16,1% chegando a 2% nas classes D e E. Esses números indicam uma desigualdade ainda maior se analisados quantos destes computadores possuem acesso à internet. Os dados revelam ainda que a população das classes mais baixas é praticamente excluída da *web*: apenas 13% já teve contato com a internet alguma vez, seja em casa, na residência dos amigos, em locais de acesso público ou na escola.

Segundo Thiago Y. L. Sugahara (2006)⁷, 68% da população total brasileira nunca acessou a Internet e 55% sequer utilizou um computador. O texto mostra ainda que o uso diário da Internet indica, na prática, um privilégio de apenas 9,6% da população do país.

Nos Campos Gerais, uma região do Estado do Paraná que compreende 18 municípios e 722.441⁸ pessoas, os dados da seguinte pesquisa indicam uma semelhança com o quadro de segregação digital do país. Os pequenos municípios, em sua maioria, não possuem condições de oferecer possibilidade gratuita e, às vezes, nem mesmo pagando pelo acesso às tecnologias digitais.

Porém, os desdobramentos e efeitos dessa falta de estrutura dos municípios menores dos Campos Gerais poderiam ser um pouco menos presentes na realidade da população, se a principal Universidade pública da Região disponibilizasse alguma forma de inscrição ao concurso Vestibular que não apenas via *on-line*. Nesse sentido, desde 2005, quando a Universidade Estadual de Ponta Grossa mudou seu sistema e passou a aceitar

⁵ <http://www.cemina.org.br>

⁶ Fonte: Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação - TIC domicílios (de agosto / setembro 2005) <http://www.nic.br/indicadores/usuarios/index.htm> - acesso em 15/08/2006.

⁷ Paradigmas da Inclusão Digital. (http://wpc.com.br/paradigmas_da_inclusao_digital.pdf). Acesso em 15/08/2006.

⁸ Segundo a AMCG (Associação dos Municípios da Região dos Campos Gerais), dado do Censo de 2000.

exclusivamente as inscrições feitas através de seu site, parece limitar a diversos setores da população regional a oportunidade de acesso à fase preliminar da disputa por uma vaga em um curso superior.

No País ou na Região, a exclusão digital é uma realidade...

Com ou sem Universidade Pública

Os dados confirmam que a exclusão digital é presença latente em diversas das pequenas cidades dos Campos Gerais. As informações abaixo foram obtidas através de pesquisas realizadas via e-mail, telefone ou contato pessoal entre os dias sete e 15 de agosto de 2006 envolvendo quatro municípios (22,2% dos municípios pertencentes à região): São João do triunfo, Ivaí, Ipiranga e Jaguariaíva. Em comum entre eles, a ausência de uma instituição de ensino superior, seja ela pública ou particular, e a proximidade geográfica com Ponta Grossa. Os servidores públicos dos respectivos municípios abordados foram perguntados se existia algum espaço público que fornecesse acesso à internet para a população. Também foram procurados funcionários ou diretores/coordenadores da maior escola com ensino médio de cada cidade para levantar os dados referentes ao uso da internet nas escolas, principalmente pelos alunos do terceiro ano secundário, por serem estes os que poderiam ter interesse mais direto na inscrição ao concurso Vestibular de uma universidade.

- **São João do Triunfo**

O município de São João do Triunfo possui população majoritariamente rural. Dos 12.419 habitantes, 8.915 vivem no campo. Há na cidade um Telecentro, com cinco computadores com acesso à internet, abertos de forma gratuita à população, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira. De acordo com um dos responsáveis⁹ pelo Telecentro do Município, em quase todos os momentos do dia há muita gente esperando para acessar a rede, pois as máquinas ficam permanentemente ocupadas, algumas vezes por até duas ou três pessoas que dividem um mesmo computador.

⁹ A partir daqui, em diversas situações, seja por solicitação das pessoas que informaram ou por cautela da pesquisa, optou-se por não identificar a autoria dos referidos agentes informativos.

Em São João do Triunfo, existe apenas uma escola com ensino médio: o Colégio Estadual Francisco Neves Filho, que tem 1100 alunos, entre a etapa Fundamental e o Segundo Grau. Uma das funcionárias do Colégio, que passou as informações para esta pesquisa, diz que a Escola não possui computador com acesso à Internet disponível aos alunos, mas que quando algum dos alunos precisa se inscrever em algum concurso, a secretaria da escola fica responsável por fazer a inscrição. Contudo, adianta que a maioria deles já trabalha na zona rural e que poucos sequer almejam fazer o Vestibular para tentar continuar estudando.

- **Ivaí**

Com 3.709 habitantes na Área Urbana, Ivaí é outro município com a maioria da população vivendo no campo. Informações da Secretaria de Cultura indicam que há três escolas com ensino médio no município. O maior deles é o Colégio Estadual Arthur da Costa e Silva, com aproximadamente 750 alunos nas etapas fundamental e secundária. Para as aulas de informática e atividades com computador destes mais de 700 alunos e as possíveis inscrições para o vestibular dos que terminam o terceiro ano, há apenas cinco computadores.

Segundo o diretor da Escola, mesmo nesses cinco computadores há muitas limitações. A conexão é discada (via linha telefônica) e o modem de acesso é muito antigo e está desgastado, ocasionando interrupções contínuas na conexão. Ele lembra ainda que espera, agora, os recursos prometidos para 2006 pelo Paraná Digital, programa do Governo Estadual, que prevê 20 computadores com conexão à Internet através de fibra ótica para o Colégio Costa e Silva.

- **Ipiranga**

Com mais de 110 anos, a cidade de Ipiranga fica a 172 km da capital paranaense e ao leste faz divisa com Ponta Grossa. Possui pouco mais de 13 mil habitantes e não tem Telecentro, nem qualquer espaço público que disponibilize o acesso gratuito da população à Internet, somente *lan-houses* ou *cyber-cafes*. Conforme informações de um funcionário da Secretaria de Cultura do Município, existe uma previsão, para 2007, de criar uma Casa de Cultura, que possibilitaria o acesso à internet, dentre outros serviços e atividades culturais

aos moradores do município. Mas o acesso público à web fica, por ora, fica nessa promessa e expectativa!

- **Jaguariaíva**

Jaguariaíva é um exemplo real de que o problema da exclusão digital não atinge apenas as cidades com população de maioria rural. Com 30.737 habitantes, 25.578 deles moradores da zona urbana, a cidade não possui nenhum espaço público que forneça o acesso à internet sem custo para a população que não tiver condições de ter um computador ligado à rede em casa.

Segundo um funcionário da Escola Estadual Rodrigues Alves, que com aproximadamente 1700 alunos, é o maior colégio da cidade, Jaguariaíva possui quatro instituições que oferecem o ensino médio, e apenas esta oferece aos alunos acesso à internet. Porém, o acesso restringe-se a 10 computadores para os 1700 alunos, funcionando apenas nos horários da aula de informática.

Ressalvas a um debate necessário

Pode-se pensar que este artigo perderia um pouco de sua validade na medida em que dá brechas para uma interpretação equivocada do que se entende por exclusão digital no Brasil, no mundo e na Região dos Campos Gerais.

Nesse olhar contraditório, o problema da exclusão digital regionalizada seria um problema mundial e, conseqüentemente, nacional ou regional, retirando assim o compromisso de uma Universidade custeada pelo dinheiro do contribuinte que deveria melhor atender às demandas da Região. Talvez isso fizesse sentido se não fosse o papel principal das Universidades (públicas principalmente) democratizar de forma igualitária o conhecimento à população, independentemente de sua classe social ou da possibilidade de acesso aos meios digitais.

Por outra ressalva, seria possível pensar que, nesses municípios com a população em sua maioria morando na Zona Rural, como é o caso de São João do Triunfo, Ivaí e Ipiranga, não faz tanta diferença que a UEPG disponibilize ou não formas mais acessíveis de inscrição ao processo seletivo, uma vez que a expectativa dos adolescentes que conseguem

terminar o ensino médio nessas cidades nem sempre é entrar numa faculdade, e sim continuar na área rural, até por necessidade de ajuda à família. Mas essa virtual tentativa de explicação seria, de fato, uma legitimação da exclusão prévia. Ao contrário, deve-se entender que um dos papéis ou desafios da universidade pública é, acima de tudo, criar mecanismos e possibilidades para democratizar o acesso ao ensino público superior no País.

Além disso, pode-se dizer, baseado em experiências que já viabilizam condições de acesso à internet e, ao mesmo tempo, a mecanismos facilitadores de inscrição ao concurso vestibular em universidades públicas, que isso não implicaria em grandes investimentos financeiros, mas dependeria, em certos casos, de vontade ou iniciativa político-administrativa, seja do ponto de vista das administrações municipais, estaduais e federais ou mesmo das gestões universitárias.

Algumas medidas simples e coerentes poderiam ser tomadas para tentar criar mecanismos capazes de facilitar o acesso mínimo a um concurso vestibular nas universidades públicas. E isso, por exemplo, também poderia ser pensado na região dos Campos Gerais, onde a UEPG é, de fato, a mais importante instituição de ensino público superior, seja aceitando inscrições via correio ou mesmo disponibilizando profissionais da Universidade para montar postos de inscrição em pequenos municípios da Região, onde o acesso à internet ainda está longe de ser um fato rotineiro da realidade social.

Enfim, tornam-se concretos através desta pesquisa os dados que comprovam ser uma tarefa complicada para uma parcela dos moradores de pequenas cidades dos Campos Gerais assegurar seu direito de disputar uma vaga no ensino superior. Mais ainda tendo em vista o cenário de exclusão digital encontrado nesse local e a ausência de soluções alternativas oferecidas pela mais importante Universidade pública da Região.

Dessa forma, a UEPG não se mostrar, e tampouco se legitimar, como a Universidade pública dos Campos Gerais, e sim uma instituição para os incluídos digitalmente.

Por fim, é ainda importante lembrar que a UEL, UEM, UNICENTRO e UNIOESTE também permitem que seja feita a inscrição para o processo seletivo exclusivamente pela Internet. Mas esta pesquisa entende que nem por isso deve-se pensar que esta é uma postura correta e não tentar ver as possíveis conseqüências desta restrição. A Universidade Federal

do Paraná, um pouquinho diferente, disponibiliza postos e inscrição físicos, na época das inscrições de seu processo seletivo, em diversos municípios, além da capital do Estado.

Referências Bibliográficas

Grupo Cemina. http://www.radiofalamulher.com/man_cyberela/html/creditos.html. Acesso em 15/09/2006.

PARANÁ CIDADES. Informações sobre esses ou outros municípios dos Campos Gerais podem ser obtidas no site: <http://www.paranacidade.org.br>. Acesso em 15/09/2006.

RÁDIO Fala Mulher. **Inclusão Digital e Social Através das Rádios Comunitárias – A experiência da Rede Cyberela**. In: Cemina. www.radiofalamulher.com. Acesso em 15/09/2006.

SUGAHARA, Thiago Y. L. **Paradigmas da Inclusão Digital**. In: http://wpc.com.br/paradigmas_da_inclusao_digital.pdf. Acesso em 15/09/2006.

Webgrafia:

<http://www.nic.br/indicadores/usuarios/index.htm>

http://wpc.com.br/paradigmas_da_inclusao_digital.pdf

<http://www2.metodista.br/unesco/luizbeltrao>

<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>

<http://www.cemina.org.br>

http://www.radiofalamulher.com/man_cyberela/html/principal.html

<http://www.paranacidade.org.br>